

## **Cartografia Social, Terra e Cidadania**

A “Cartografia Social, Terra e Cidadania” visa identificar as comunidades tradicionais e demais populações rurais do Estado do Paraná, está sendo promovida pelo Centro de Informação, Memória e Pesquisa do ITCG com apoio da SEED e Grupo de Trabalho Clóvis Moura em uma parceria com organizações e movimentos sociais populares (quilombolas, sem-terra, caiçaras, posseiros, faxinalenses), ONGs (Terra de Direitos e Instituto Agroecológico) e a UNILITORAL.

Para isso foram realizadas oficinas em Curitiba, no auditório do ITCG, sendo que as próximas serão realizadas nas comunidades de Rio Pequeno (Antonina), quilombos de Paiol de Telha (Guarapuava) e João Surá (Adrianópolis), sendo posteriormente, ampliado para outros grupos sociais e comunidades tradicionais.

O produto final da cartografia comportará a opinião de quem vive diariamente a realidade mostrada e mapas serão construídos a partir da própria maneira como estes grupos e movimentos sociais populares querem ser cartografados, pois eles registram o que consideram como relevante para retratar sua situação social. Além do protagonismo dos referidos grupos sociais, existe o aval de instituições como a UNILITORAL, ONGs e Órgãos do Estado que oferecerão um peso técnico e acadêmico à sistematização deste material que dar-se-á a partir de fascículos. Os resultados destes registros serão impressos em mapas, que contemplarão os movimentos e organizações sociais populares e populações tradicionais, seus bens culturais materiais e imateriais, suas formas de organização territorial e produtiva.

Tendo em vista esta dimensão, no que se refere à esfera estatal, a cartografia social está ligada à outra atividade do ITCG, o **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)** e também à construção da **Agenda 21**. Com o ZEE e a Agenda 21, o ITCG e outras Secretarias e Órgãos do Governo identificam o perfil econômico, e de organização territorial, produtiva e cultural de *uma região ou município*, apontando modelos mais adequados de implantação de políticas públicas e atividades econômicas.

Com o reconhecimento oficial da existência destas populações aliado ao seu papel como atores políticos, estimulam-se seu protagonismo na reivindicação e na definição das atividades econômicas, culturais e sociais que deverão ser desenvolvidas nos territórios.